



**Relatório da Diligência da CDHM à Terra Indígena Waiãpi, no estado
do Amapá**

16 e 17 de agosto de 2019

I – DESCRIÇÃO DA DILIGÊNCIA

Objetivo

Verificar a situação e as circunstâncias sobre as condições de segurança, ameaça de morte e possíveis invasões da Terra Indígena Waiãpi, especialmente nas Aldeias Mariry, Yvytotô e Aramirã, bem como da morte do Cacique Emyra Waiãpi, ocorrida no mês de julho.

Comitiva

Composta pelo Deputado Camilo Capiberibe (PSB-AP), 3º Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias/CDHM, da Câmara dos Deputados; pela Deputada Joenia Wapichana (Rede-RR) Coordenadora da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Povos Indígenas, pela Senhora Simone Vidal da Silva, Coordenadora Executiva da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Amapá e Norte do Pará/APOIANP; pelo Dr. Alexandre Parreira Guimarães, Procurador do Ministério Público Federal no Amapá; Hiandra Pedroso de Almeida, Assessora Jurídica do Gabinete do 1º Ofício da Procuradoria da República no Amapá, da 6ª CCR do Ministério Público Federal; Dr. Renan Vinicius Sotto Mayor de Oliveira, Defensor Público da União; pelo Senhor Marcos Cesar Velho da Silva, Coordenador Regional do Amapá e Norte do Pará da Fundação Nacional do Índio; por Délcio Ferreira de Magalhães, Eduardo Neves Trindade, João Paulo Souza do Rosário, Assessores do Gabinete do Deputado Camilo Capiberibe; pelos Policiais Legislativos da Câmara dos Deputados Thiago Lira, Victor Rosa, Edwaldo Filho e Welington Gustavo; e pelos Policiais Rodoviários Federais Marcos Rocha e Eden Paganini.

Requerimento

Legitimou a diligência o requerimento nº 104/2019, de autoria do Deputado Federal Camilo Capiberibe (PSB-AP), aprovado em 13 de Agosto de 2019.





Atividades realizadas

Na sexta-feira, 16 de agosto, às 00h30', chegaram a Macapá – AP o Deputado Camilo Capiberibe – 3º Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minoria/CDHM e a Deputada Federal Joenia Wapichana – Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Povos Indígenas da Câmara dos Deputados.

Na mesma manhã da sexta-feira, , a comitiva composta pelos membros citados acima viajou durante cinco horas de estrada, saindo de Macapá, capital do Estado do Amapá, com destino a Aldeia Aramirã, localizada no Município de Pedra Branca do Amapari. Ao chegar à terras indígena foi percebido um ambiente de insegurança e um sentimento de grande tristeza manifestado pelos indígenas das comunidades Waiãpi. Foi possível observar inúmeras barreiras precárias feitas por galhos e troncos de árvores como forma de defesa e proteção de seu espaço de habitação e convivência (fotos e vídeos anexos).

Inicialmente, a comitiva da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, composta pelo Deputado Camilo Capiberibe e a Deputada Joenia Wapichana, reuniu-se com as lideranças indígenas Mario Nicácio Wapichana, representante da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira/COIAB; Kapiirijera Waiãpi, membro do Conselho das Aldeias Waiãpi (APINA); Kutana Waiãna representante da Associação Waiãpi das Terras Indígenas do Amapá e do Norte do Pará (APOIAP); e Jatutá representante da Associação Waiãpi Terra, Ambiente e Cultura, e integrantes de diversas comunidades indígenas que moram na região da Perimetral Norte, há 200 km do Município da Pedra Branca do Amapari, a fim de tratarem sobre dos supostos crimes de invasão nas terras indígenas e assassinato do Cacique Emyra Waiãpi.

Preliminarmente, foi feita uma assembleia organizada e conduzida pelas próprias lideranças e representantes de instituições indígenas para ouvir, colher informações e dados a respeito da suposta invasão das terras e sobre a morte da liderança indígena ocorrida no dia 23 de julho, terça-feira, a fim de contribuir com as autoridades para a elucidação dos fatos. Segundo declarações feitas por representantes de instituições indígenas, devido o isolamento da região, a Polícia Civil do Estado do Amapá e a Polícia Federal só tomaram conhecimento





após três dias do fato ocorrido.

Posteriormente, numa reunião reservada para salvaguardar e proteger informações relacionadas à invasão das terras, bem como sobre a morte do cacique Emyra Waiãpi, somente os membros da comitiva composta pelos parlamentares Deputado Camilo Capiberibe, Deputada Joenia Wapichana, Dr. Alexandre Parreira Guimarães, Dra. Hiandra Pedroso de Almeida, Dr. Renan Vinicius Sotto Mayor de Oliveira, Marcos Cesar Velho da Silva e a Senhora Simone Vidal da Silva, Coordenadora Executiva da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Amapá e Norte do Pará/APOIANP; e Délcio Ferreira de Magalhães ouviram os indígenas presentes na sala da sede da Fundação Nacional do Índio/FUNAI, situada na Aldeia Aramirã.

Relato dos depoimentos dos indígenas ouvidos

AIKYRY WAIÃPI – Professor, filho do Cacique, se manifesta contrapondo o laudo apresentado pela Polícia Técnico-Científica do Estado do Amapá/POLITEC, no mesmo dia 16, o qual atestou a causa da morte por acidente e afogamento; relata que fez vídeos e fotos do cadáver antes de seu sepultamento, portanto, antes da exumação do corpo.

Segundo o filho da vítima, no dia 22 de julho de 2019, o indígena Emyra Waiãpi saiu de sua casa, por volta das 9 horas da manhã, para outra aldeia, onde reside sua filha, a mais ou menos uns quinhentos metros de distância de sua casa. O declarante afirma que o cacique retornou da casa de sua filha por volta das 16h30' (dezesesseis horas e trinta minutos), porém não chegou a sua casa. Como ele não chegou a sua casa, a esposa do falecido saiu por volta das 07h30' (sete horas e trinta minutos) da manhã do dia seguinte, 23/07/2019, quando encontrou o corpo de seu esposo.

A esposa e o filho discordam do resultado do laudo porque, quando sua mãe encontrou o corpo de seu pai, observou que havia ferimentos e cortes nas regiões da cabeça, orelha, olhos e no pênis, típicos de golpes praticados por paulada, bem como perceberam vestígios da existência de outra pessoa, já que foram encontrados no local uma sandália de cor azul de número 39-40 e fios de cabelos. Afirmou que tanto a sandália como os fios de cabelos não pertenciam ao cacique. Sua mãe também não concorda com o resultado do laudo uma vez que





seu esposo foi encontrado em um lugar raso do rio, corroborando para a suspeita de homicídio. Relata ainda que o falecido era acostumado a passar sempre naquele local, pois era seu caminho, e que, por isso, acha que o indígena foi puxado, arrastado e afogado, considerando os indícios apresentados.

É importante ressaltar que, segundo o professor Aikyry, filho do cacique morto, os fios de cabelos foram entregues às autoridades de polícia para serem submetidos a exame de DNA. Declara que existem duas testemunhas jovens, uma do sexo masculino, de nome Manusakyry (Aldeia CTA), e o outra do sexo feminino, de nome Mini Waiãpi, indígenas, que observaram a presença de possíveis invasores.

Aikiri, o filho, comenta ainda que seu pai, apesar de ser uma liderança, não era de se expor, não viajava para fora e não tinha problemas de doenças cardíacas, assim como não tinha inimigos, naquela e nem em outras regiões ou aldeias por onde andava, e sustenta que o cacique convivia em harmonia com quatro famílias composta de esposa, filhos, noras, genros e quatro netos. Informa que o falecido nasceu em 10 de setembro de 1950, que iria completar 69 anos.

Acrescentou à Comissão que desconhece qualquer outro caso com as mesmas características de morte nas condições que se apresenta o caso Emyra Waiãpi. Relata que dois outros casos ocorridos de morte por afogamento naquela região apresentaram características totalmente diferentes das encontradas no corpo de seu pai.

Aikiri diz que logo se preocupou que prevalecesse a verdade, por isso tomou a iniciativa de fazer um vídeo de seu próprio celular com a ajuda de seu genro para assim preservar as circunstâncias do fato. As imagens produzidas em forma de fotos e vídeos foram entregues aos agentes da Polícia Federal para a devida investigação.

O filho declarante informa que a Polícia Técnico-Científica/POLITEC não foi ao local onde o corpo da vítima foi encontrado, mesmo ele tendo convidado os peritos para irem. Afirma que somente a Polícia Federal e o GTA foram até o local da morte, mas somente com o intuito de averiguar indícios de possíveis invasores e não investigar o motivo da morte do cacique.

Afirma, ainda, que a perícia somente compareceu à aldeia após duas semanas do fato ocorrido para realizar a exumação do corpo. Considerando que a





perícia não tenha ido até o local onde fora encontrado o corpo de seu pai, argumenta e questiona o resultado do laudo pericial apresentado pelo órgão competente.

Informa que a esposa do cacique falecido, mãe do declarante, foi inquirida pela Polícia Federal para prestar esclarecimentos, considerando que foi a primeira pessoa a ter contato com o corpo do cacique e, por não falar português, o declarante, seu filho, foi quem fez a tradução do seu depoimento.

VICENI WAIÃPI – Professor da Aldeia Indígena, Membro do Curso Profissionalizante de Agentes Indígenas de Saúde/AIS e Agentes Indígenas de Saneamento/AISAN. Confirma a mesma versão relatada pelo indígena Aikyry, filho do falecido. Informa fatos relevantes tais como a possível ameaça de invasão nas terras indígenas e a organização de grupos compostos de vinte a quarenta indígenas guerreiros na intenção de fazer a segurança, defesa e proteção de suas aldeias.

ASURUI WAIÃPI – Membro da Comunidade Indígena Waiãpi, confirma que houve de fato a presença de invasores pela existência de rastros deixados por caminhos que não são dos indígenas, mas não viu pessoas estranhas e que se reuniram em grupos de vinte a quarenta indígenas e seguiram os caminhos abertos anteriormente pelos invasores. Passaram a seguir as pegadas e constataram marcas de solado de botas na Aldeia Yvytotô, a cerca de quarenta minutos caminhando a pé em direção à Aldeia Mariry.

MANUSAKYRY – Membro da Aldeia CTA, jovem do sexo masculino, relata por tradução do professor indígena Viceni Waiãpi, que somente ouviu barulho de armas e pessoas rondando a aldeia à noite.

MINI WAIÃPI – Membro da Aldeia Yvytotô, jovem do sexo feminino, relatou que apareceram dois homens com armas calibre 12. Que eram invasores, um alto com cabelos encaracolados, tipo crespo, em posição de pé, negro e outro baixo. Informou que usava camisa tipo do exército (camuflada). Disse que não levaram nada e foram embora à noite. No outro dia, às quatro horas da manhã, viu outros homens invasores, que fizeram sinais um para o outro e se movimentaram e ainda ouviu conversas em português no tom baixo, como se fosse confidencial ou como se estivessem armando ataque. Ela acredita que eles queriam entrar na aldeia, mas os cachorros fizeram barulho e os espantaram.





Após a oitiva dos indígenas, a delegação retornou para Macapá.

Coletiva à Imprensa e Ato em Defesa dos Povos Indígenas

No sábado pela manhã, 17 de agosto, a comitiva participou de uma coletiva de imprensa por volta das 9h, e de uma assembleia em defesa dos povos indígenas, durante a qual foi manifestada a importância da vinda da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, representada no evento pelos Deputados Camilo Capiberibe e Joenia Wapichana. O Senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) se juntou ao grupo durante o evento. O ato organizado pela Coordenadoria Executiva da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Amapá e Norte do Pará/APOIANP, tendo como representante a Senhora Indígena Simone Vidal da Silva, conhecida como Simone Karipuna, teve como sede o Auditório do Museu Sacaca, em Macapá.

Relato das declarações dos representantes dos órgãos federais

Ainda no sábado, 17 de agosto, por volta das 14h, o Deputado **Camilo Capiberibe** e a Deputada **Joenia Wapichana**, representantes da CDHM, e o Senador **Randolfe Rodrigues**, **Marcos Cesar Velho da Silva** (FUNAI) e **Alexandre Parreira Guimarães** (MPF-AP) se reuniram com o Delegado da Polícia Federal (DPF) **Dorival Ranuci Júnior**, **Superintendente da Polícia Federal no Amapá**, e mais 8 participantes, dentre estes Delegados Especializados na área criminal, quando as autoridades policiais fizeram um breve relato da atividade investigativa da PF, com base nas denúncias apresentadas, elementos e circunstâncias referentes à morte do cacique Emyra Waiãpi e as tentativas de invasões nas Aldeias Waiãpi por garimpeiros.

Marcos Cesar Velho da Silva, **Coordenador Regional do Amapá e Norte do Pará da Fundação Nacional do Índio** comentou de sua preocupação com os povos indígenas, que são pessoas vulneráveis e que, devido a fatos ocorridos em outras épocas, com tentativa de invasão de suas terras, as comunidades se sentem inseguras e ameaçadas. Pois, a invasão sendo uma ameaça para os indígenas, eles se posicionam de forma arredia contra toda e





qualquer aproximação de pessoas não indígenas, porque temem um conflito e a perda das suas terras tradicionais.

Dr. Alexandre Parreira Guimarães, Procurador do Ministério Público Federal no Amapá, assumiu a investigação criminal para apurar a morte do indígena Emyra Waiãpi. Os Procuradores pediram à Polícia Federal informações a respeito das denúncias de invasão das terras indígenas e sobre as providências já adotadas para evitar o possível agravamento do conflito. O Ministério Público Federal é responsável pelas investigações criminais para apurar as circunstâncias da morte do cacique indígena e a invasão de um grupo de não-índios nas terras indígenas Waiãpi, no Amapá.

O DPF Dorival Ranuci Júnior, Superintendente da Polícia Federal no Amapá, abriu inquérito para investigar as denúncias de suposta invasão das terras indígenas Waiãpi por garimpeiros e o suposto assassinato do cacique Emyra Waiãpi. O órgão afirma estar em contato com os servidores da FUNAI e com o Procurador do Ministério Público Federal que estão em contato permanente com as aldeias. A PF ainda aguarda o resultado do laudo toxicológico complementar, onde é examinado o que foi coletado dos órgãos internos de Emyra. As amostras estão sendo analisadas no Laboratório de Toxicologia Forense.

Dr. Renan Vinicius Sotto Mayor de Oliveira, Defensor Público da União/DPU, se colocou à disposição para identificar quais as necessidades de acompanhar junto a Superintendência da Polícia Federal os esclarecimentos do inquérito e consequentemente acompanhar o processo judicial e assistir juridicamente aos indígenas.

II – RELATO DO CONTEÚDO OBSERVADO

Contexto das comunidades indígenas das Aldeias Waiãpi

PEDRA BRANCA DO AMAPARI





O Município de Pedra Branca do Amapari foi criado em 1º de maio de 1992. Sua ocupação tem origem na exploração de ouro pelos Saramaka, uma comunidade negra da Guiana Francesa.

Mais recentemente, seu desenvolvimento esteve ligado à história de garimpagem no Rio Cupixi e à Ferrovia Santana/Serra do Navio, à expansão de suas fronteiras agropecuárias e à ampliação da exploração mineral. Nesse aspecto, destaca-se o papel da Perimetral Norte, eixo de dinamização do município.

O município de Pedra Branca do Amapari ocupa uma área de 9.495 km², e onde moram 10.773 habitantes, segundo o IBGE, incluindo os povos indígenas. O IDH-M é de 0,626, considerado médio (PNUD/2010).

O POVO E A TERRA INDÍGENA WAIÃPI (ainda WAJIÃPI ou WAJÃPI)

O Povo indígena Waiãpi, considerado pela Funai como de recente contato, mantém o estilo de vida próprio, língua, tradições, rituais e autonomia. São cerca de 1.300 pessoas que vivem em dezenas de comunidades. A Terra Indígena Waiãpi foi homologada em 1996, por meio de um decreto presidencial assinado pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, com pouco mais de 607 mil hectares espalhados pelos territórios de três municípios: Laranjal do Jari, Mazagão e Pedra Branca do Amapari.

A T.I. Waiãpi situa-se nas bacias dos rios Amapari e Jari, onde os Waiãpi têm comunidades dispersas, em áreas de ocupação contíguas. Durante os primeiros anos da década de 1970, o contato com os garimpeiros voltaria a atingir maior amplitude, afetando praticamente todas as aldeias Waiãpi. O tipo de invasão da área indígena, que não resultou na instalação definitiva dos garimpeiros, permitiu aos Waiãpi recuperar as terras provisoriamente invadidas. Assim, as áreas tradicionais permaneceram ocupadas com aldeias e roças.

É importante ressaltar que nessas áreas de garimpo, continuam como alvo de invasão esporádica, apesar da presença da FUNAI.

As últimas décadas também representaram para os Waiãpi uma fase de intensos contatos intra e intertribais: com os Waiãpi da Guiana Francesa, os contatos foram sempre escassos, mas retomaram certa regularidade nas décadas





de 40-60; os motivos das viagens para a região fronteira era essencialmente de trocas, afim de obter mercadorias, que em outras circunstâncias conseguiam com balateiros e gateiros – populações tradicionais cuja atividade econômica engloba coleta, extrativismo e cultivo na floresta e comércio pequeno no seu entorno. Estas trocas realizavam-se com a mediação do grupo Waiãpi do rio Cuc, estrategicamente situado do ponto de vista geográfico e cultural, como grupo intermediário.

A área ocupada pelos Waiãpi apresenta-se como uma região de floresta tropical densa, com ocorrência de pequenos campos naturais nas margens do alto rio Jari. Em toda a região vigora um clima super úmido equatorial, com um período de chuvas de janeiro a julho e de seca de julho a dezembro. A região é extremamente acidentada com zonas alagáveis e pantanosas. A área indígena situa-se em duas bacias hidrográficas, bem distintas ecologicamente: a bacia do Jari, considerada mais rica em flora e fauna, e a bacia do Amapari. Predominam cursos d'água menores e praticamente todos encachoeirados.

As roças Waiãpi são amplas, com extensão média de 4000m². Dentre as principais plantas cultivadas pelo grupo estão mandioca, milho, cará, batata doce, cana de açúcar, banana, abacaxi, feijão, mamão, caju, amendoim, abóbora, pimenta, cacau, limão, laranja, pupunha etc. A coleta da pupunha, de laranjas, de cacau e caju tem um lugar essencial na subsistência Waiãpi e se situa entre a agricultura e a simples coleta. Os Waiãpi associam as atividades de caça e pesca, que também estão ligados à coleta, pois quando saem para a mata exercem todas as atividades durante a mesma expedição. Estão também relacionadas pelos percursos normalmente utilizados, e as zonas de maior abundância geralmente são fartas tanto em mamíferos terrestres como em peixes e produtos de coleta. A ergologia Waiãpi inclui a confecção de instrumentos e recipientes ligados à subsistência e de objetos de adorno. As matérias primas usadas para produção de artefatos incluem produtos silvestres e produtos que cultivam nas suas roças; da mata retiram fibras, cipós, penas de pássaros, tabocas, sementes, madeiras, resinas, folhas de palmeira etc.

AMBIENTE DE CONFLITO





A desconhecida riqueza mineral da terra Waiãpi é palco de tensão entre indígenas e garimpeiros.

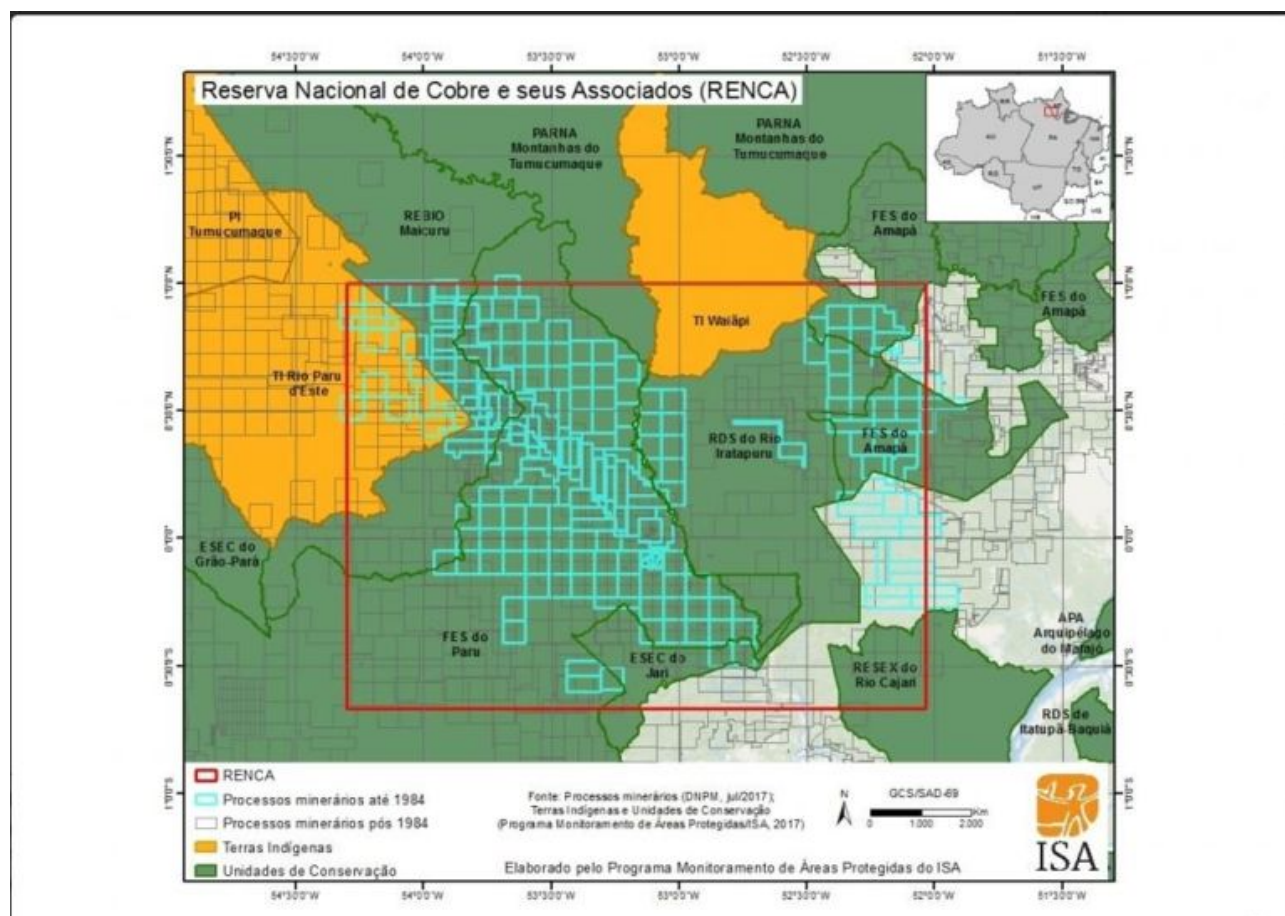
Quando a Reserva Nacional do Cobre e Associados foi criada, em 1984, a Terra Indígena Waiãpi ainda não havia sido demarcada, o que aconteceu em 1996. A criação da reserva travou as pesquisas minerais na região e voltou novamente a ter destaque.

Em 2017, após o governo Temer extinguir a reserva numa tentativa de abrir o território para a mineração, a agência de notícias BBC entrevistou o geólogo Breno Augusto dos Santos, um dos maiores especialistas na área. Santos coordenava as pesquisas que a Vale, então uma empresa estatal, realizava no território nos anos 1980.

Palco de tensões desde a morte do líder indígena Emyra Waiãpi, a Terra Indígena Waiãpi desperta interesses por seus recursos minerais desde os anos 1960 e ocupa parte da Renca (Reserva Nacional do Cobre e Associados).

O conflito ocorre num momento em que o presidente Jair Bolsonaro (PSL) defende liberar a exploração mineral em terras indígenas brasileiras e em meio à expansão do garimpo ilegal por vários desses territórios, conforme mostrado por uma **reportagem da BBC News Brasil na quinta-feira, dia 25 de julho de 2019.**

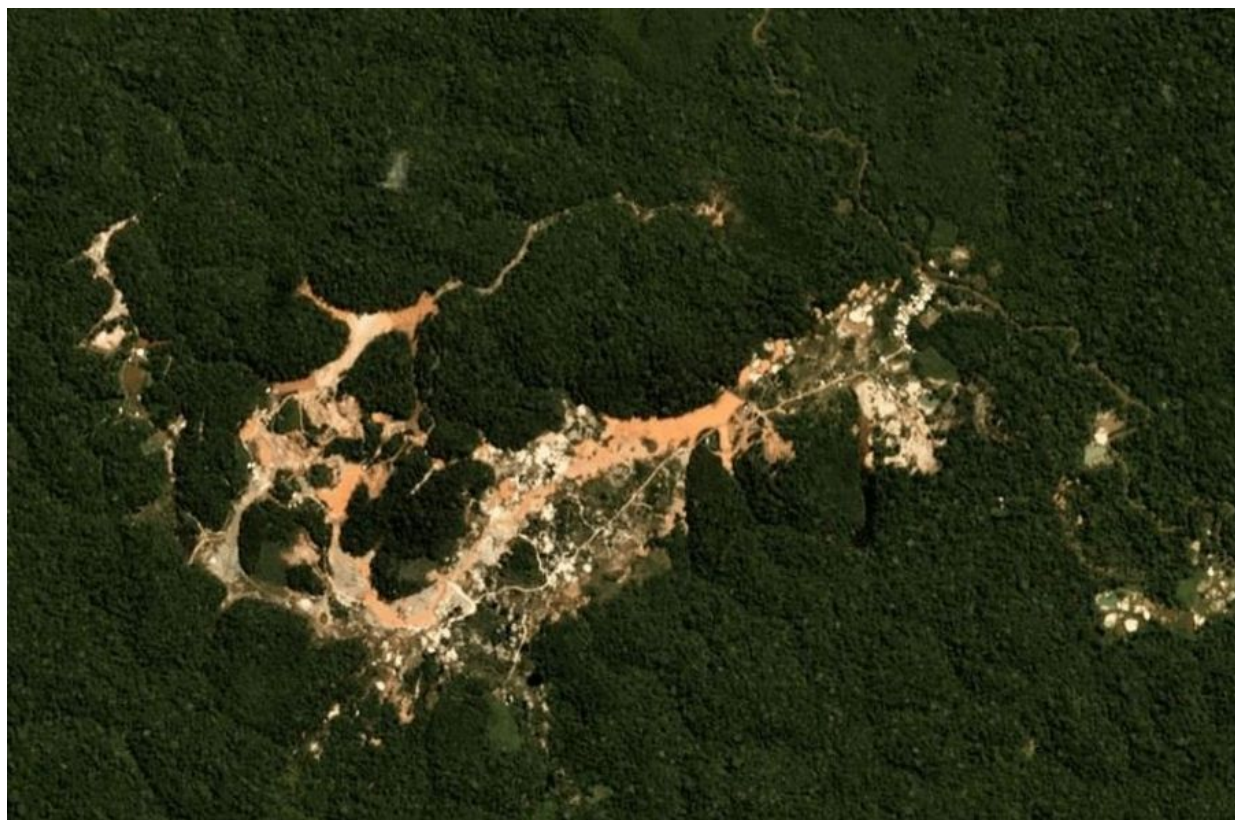




O mapa acima mostra a sobreposição entre a Renca e unidades de conservação, como a Terra Indígena Waiãpi e a Terra Indígena Paru d'Este. O potencial minerário da área Waiãpi é objeto de grande especulação. Embora seja cobiçado por garimpeiros, o subsolo da região jamais foi estudado em profundidade e o relevo acidentado do território tende a dificultar operações mais vultuosas.

Imagem abaixo mostra o avanço do garimpo ilegal na Amazônia em 2019





O passado de invasões garimpeiras e as recentes tentativas de mudar a proteção da Renca e outras unidades de conservação, reforçadas pelas declarações do Presidente da República de que vai abrir as terras indígenas para o garimpo, levaram terror para os Waiãpi, que vivem na floresta e dependem da sua terra para viver. Conforme a oitiva feita pela CDHM, por meio de diálogos com os indígenas Waiãpi na aldeia Aramirã, eles genuinamente acreditam que os invasores estariam nas imediações da aldeia Yvytotõ, com risco de se aproximar durante a noite e pernoita na aldeia, se colocando de forma aterradora sobre os indígenas. A situação é de possível conflito, diante da instabilidade e tensão bastante elevada. Em virtude disso, os indígenas solicitaram apoio a esta CDHM para trazer de volta a paz, a segurança que a presença e atenção do Poder Público pode trazer por meio das investigações sobre as invasões que acreditam ter sofrido, a elucidação da causa da morte do Cacique Emyra Waiãpi e outras medidas necessárias a restaurar o seu bem viver.

PODER JUDICIÁRIO





A Procuradoria do Ministério Público Federal (MPF) no Estado adotou medidas para proteger o direitos do povo Waiãpi e para apurar as circunstâncias da morte do cacique indígena e a denúncia de invasão de um grupo de não-índios na Terra Indígena Waiãpi, no Amapá, adotando providências concretas no sentido de evitar o possível agravamento do conflito.

Segundo informado, a primeira providência do membro do MPF foi receber, no dia 02 de agosto, sexta-feira, na sede da PR/AP, indígenas Waiãpi para ouvir a comunidade sobre a questão. Outras três diligências já teriam sido feitas antes da chegada da CDHM na aldeia Aramirã. No dia 03 de agosto, sábado, as equipes da Polícia Federal e da Secretaria de Segurança Pública do Estado se deslocaram para a TI Waiãpi, a fim de realizar a exumação e a autópsia de Emyra Waiãpi, realizaram sobrevoo na região. Após a operação, os agentes de segurança não localizaram sinais da presença de não-indígenas, tampouco a existência de garimpos na região.

Medidas que foram tomadas:

- (I) Notícia de Fato nº 1.12.000.000776/2019-71, em trâmite perante o 6º Ofício da PR/AP, de natureza criminal, para apurar os crimes de invasão de terras públicas e garimpo ilegal, bem como as circunstâncias da morte de Emyra Waiãpi, conforme denúncia apresentada no dia 27.07.2019.
- (II) Notícia de Fato nº 1.12.000.000782/2019-29, em trâmite perante o 1º Ofício da PR/AP, de natureza cível, para apurar as providências adotadas pelos órgãos competentes quanto a questão da proteção territorial da Terra Indígena Waiãpi, a teor da denúncia apresentada no dia 27.07.2019.
- (III) Inquérito Policial nº127/2019-SR/PF/AP, investigação de natureza criminal, instaurada pela Superintendência da





Polícia Federal no Estado do Amapá. Tramita ao lado da Notícia de Fato nº 1.12.000.000776/2019-71, no qual os procuradores da República titulares, a cargo do 6º Ofício da Procuradoria da República no Amapá (PR/AP), que tem como titular a procuradora da República Lígia Cireno Teobalto, assumiram a condução dos trabalhos da apuração criminal relativa à morte do cacique Emyra Waiãpi e às denúncias de invasão de terra e de garimpo ilegal.

Já a atuação promocional de direitos coletivos, na esfera cível, fica sob a responsabilidade do 1º Ofício, com atuação exclusiva em matéria cível, de titularidade do procurador da República Alexandre Guimarães.

Rodolfo Lopes e Joaquim Cabral atuavam em substituição aos titulares do 6º e 1º ofícios, respectivamente. Todo o trabalho relacionado às ocorrências na TI é conduzido exclusivamente pela PR/AP, unidade administrativa do Ministério Público Federal (MPF) no estado.

A procuradora da República Lígia Cireno Teobalto, que tem atuação nas questões afetas à 2ª Câmara de Coordenação e Revisão, aguarda o recebimento de relatório da Polícia Federal e do laudo toxicológico. Os laudos estão sendo elaborados pela Polícia Técnico-Científica do Amapá. O laudo da necrópsia atestou morte por afogamento e por acidente.

Na esfera cível, por meio de inquérito civil, será apurada, ainda, eventual omissão de órgãos públicos que deveriam garantir a proteção territorial das TIs no Amapá. O procedimento é conduzido pelo procurador da República Alexandre Guimarães, que atua junto à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão, na promoção dos direitos coletivos das comunidades indígenas. A primeira providência do membro do MPF foi receber, no dia 02 de agosto, sexta-feira, na sede da PR/AP, indígenas Waiãpi para ouvir a comunidade sobre a questão. E





outras três diligências já teriam sido feitas antes da chegada da CDHM na aldeia Aramirã.

Informou que no dia 03 de agosto, sábado, as equipes da Polícia Federal e da Secretaria de Segurança Pública do Estado se deslocaram para a TI Waiãpi, a fim de realizar a exumação e a autópsia de Emyra Waiãpi, realizaram sobrevoo na região. Após a operação, os agentes de segurança não localizaram sinais da presença de não-indígenas, tampouco a existência de garimpos na região.

No âmbito da PR/AP, o trabalho dos membros do MPF será conduzido de forma independente, visto que os temas criminal e cível são de competência de diferentes áreas. Contudo, informações de interesse serão compartilhadas a fim de tornar a condução das investigações mais eficiente. O compromisso da instituição, com as populações indígenas e com a sociedade, é o de esclarecer o que de fato ocorreu na TI Waiãpi e adotar as providências cabíveis. Mesmo não encontrando indícios de invasão, o MPF, que também abriu investigação sobre o caso, declarou que "**há várias linhas de investigação**" e que "**nenhuma foi descartada**".

A Polícia Federal informou, dia 16 de agosto, sexta-feira, coincidentemente com a chegada da CDHM no Estado, que o laudo preliminar de perícia sugere que liderança indígena do Amapá não foi assassinada, que os indícios são de morte por afogamento.

"O laudo conclui que o conjunto de sinais apresentados no exame, corroborado com a ausência de outras lesões com potencial de causar a morte, sugere fortemente a ocorrência de afogamento como causa da morte de Emyra Waiãpi".

Os indígenas Waiãpi no entanto sustentam que ele foi **morto durante invasão de garimpeiros**. No dia 27 de julho, **índios da Terra Indígena Waiãpi pediram ajuda a órgãos federais**, após encontrarem o corpo de Emyra em um





dos rios da região. Eles afirmavam que a morte seria um assassinato causado por garimpeiros que invadiram a região.

A **PF fez buscas na região** e, inicialmente, **não localizou indícios** de presença de não-indígenas nas áreas apontadas pelos Waiãpi. A investigação continua.

O **corpo do cacique foi exumado no dia 2 de agosto** por dois médicos legistas da Polícia Técnico-Científica (Politec) do Amapá, ao longo de duas horas. A avaliação necroscópica ocorreu na própria terra indígena, que fica no município de **Pedra Branca do Amapari**, com autorização da família e de outros líderes indígenas, **respeitando as tradições daquele povo**. Porém existem informações que a perícia não foi feita no local onde foi encontrado o corpo do cacique Emyra.

A morte, segundo a perícia, aconteceu entre os dias 21 e 23 de julho. A exumação foi acompanhada por servidores da Funai. Ao todo, 27 servidores participaram do trabalho, entre agentes da PF, Polícia Civil e Politec. A PF recebeu o laudo preliminar no dia 15 de agosto, quinta-feira e informou que ainda aguarda o laudo complementar toxicológico, com previsão de ser entregue em 30 dias, com o resultado do que foi coletado dos órgãos internos de Emyra. As amostras foram encaminhadas ao Laboratório de Toxicologia Forense e o Resultado complementar servirá apenas para auxiliar na investigação das circunstâncias dos fatos, não interferindo, contudo, na conclusão pericial quanto à causa da morte por afogamento", acrescentou a PF.

A Polícia Federal detalhou que, segundo a exumação, não houve "lesões de origem traumática". O laudo indica que a ferida na cabeça era uma lesão superficial, "que não atingiu planos profundos, e que não houve fraturas"; no pescoço também não foram encontradas lesões traumáticas ou "sulcos evidenciáveis de enforcamento".

Segundo a PF, no laudo consta que "O exame do tórax do indígena também não evidenciou a existência de lesões penetrantes, desmentindo as





primeiras notícias que davam conta de que a liderança teria sido atacada a facadas".

Diante das afirmações dos Waiãpi e das informações públicas de que quando visitou a região, no dia 28 de julho, a Polícia Militar (PM) declarou que o corpo do cacique tinha marcas de perfurações e cortes na região pélvica.

Esta CDHM contestou o resultado e requereu pessoalmente ao Superintendente da Polícia Federal e sua Equipe de Delegados que apure com profundidade o caso.

III – CONCLUSÕES

A Comissão de Direitos Humanos e Minoria e a Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas manifestam extrema preocupação com a situação vulnerável em que se encontra o povo Waiãpi, assustados diante da possibilidade de continuidade de ataques ao seu território, às suas lideranças e comunidades, se solidariza com o seu drama e se compromete a atuar perante as autoridades e demais órgãos públicos para que seja esclarecida as circunstâncias da morte do Cacique Emyra Waiãpi.

A CDHM contesta o **laudo preliminar** expedido pela Polícia-Técnica Científica/POLITEC, e, apresentado pela **Polícia Federal**/PF que sugere o afogamento como a causa da **morte da liderança indígena Emyra Waiãpi**. A posição contrária desta comissão ao documento apresentado pela perícia se baseia em dados e informações coletadas nos depoimentos dos familiares e moradores da comunidade, conforme já relatado, no conteúdo de uma gravação em vídeo feita pelos indígenas logo após o corpo de Emyra ter sido encontrado, dia 23 de julho e nas quatro Notas expedidas pelo Conselho das Aldeias Waiãpi (APINA) que integram este Relatório.

No registro do vídeo são mostrados cortes no rosto, cabeça e região genital do cacique. A gravação está circulando nas redes sociais e foi entregue à





Polícia Técnica.

A CDHM tem a missão de colher informações, apurar dados, colaborar com as investigações, contribuir na elucidação dos fatos e garantir a equidade de direitos e de justiça social, além de requerer aos órgãos competentes a garantia dos direitos dos povos indígenas e exigir que adotem medidas resolutivas e urgentes para que evitem a prática constante contra a sua vida e os seus bens e de proteção, diante da grave violação dos seus direitos, com a repressão e punição dos responsáveis.

IV - RECOMENDAÇÕES

Portanto, a CDHM recomenda que seja feita uma investigação mais aprofundada, a fim de trazer novos elementos para elucidar o caso, considerando que não foi feita perícia no local onde o corpo foi encontrado e que houve lapso temporal de 9 dias desde a descoberta, seu sepultamento e a realização da necropsia.

Esta CDHM recomenda estudo mais profundo sobre a intensidade das lesões no corpo do cacique Emyra Waiãpi, registradas em gravação em vídeo supramencionado, que mostra claramente a existência de lesões e perfurações. Que sejam realizadas análises sobre os cabelos recolhidos pelos Waiãpi e entregues à Polícia Federal.

Que sejam tomados os depoimentos de duas testemunhas jovens, uma do sexo masculino, de nome Manusakyry (Aldeia CTA), e o outra do sexo feminino, de nome Mini Waiãpi, indígenas, que observaram a presença de possíveis invasores. Que os depoimentos sejam tomados com a participação de interpretes da língua Waiãpi e na presença dos procuradores responsáveis pelo caso.

Que sejam realizados levantamentos da presença de não –índios no entorno da TI Waiãpi.

Recomendamos a adoção de medidas de segurança – preventivas e repressivas – permanentes e ampliadas com o objetivo de evitar possíveis novas





invasões, bem como a garimpagem ilegal naquelas Terras, na Floresta Estadual e no Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, que causam a insegurança do povo Waiãpi.

Recomendamos a realização de campanhas educativas pelo Governo Federal através dos veículos de comunicação e quaisquer outras mídias eletrônicas como forma de combater o preconceito à cultura e modo de vida dos povos indígenas, bem como esclarecer sobre os direitos constitucionais que os assistem. Sugerimos a ação conjunta dos Governos Federal, Estadual e Municipais para tanto.

Sugerimos o envio deste relatório ao Ministro da Justiça, ao Ministério Público Federal, à Presidência da FUNAI, ao Governo do Estado do Amapá e dos municípios Laranjal do Jari, Mazagão e Pedra Branca do Amapari, bem como ao Grupo de Amigos dos Povos Indígenas do Parlamento Europeu.

Macapá-AP, 28 de agosto de 2019.

Deputado **Camilo Capiberibe** (PSB/AP)

3º Vice-Presidente da CDHM

Deputada **Joenia Wapichana** (REDE/RR)

Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Povos Indígenas





ANEXOS - FOTOS

FOTO DA BARREIRA FEITA PELOS INDÍGENAS



DEPUTADO CAMILO CUMPRIMENTANDO O CACIQUE AO ENTRAR NAS





TERRAS INDÍGENAS WAIÃPI ACOMPANHADO DA COMITIVA



DEPUTADO CAMILO CAPIBERIBE E DEPUTADA JOENIA WAPICHANA NA ABERTURA DA ASSEMBLEIA COM AS LIDERANÇAS INDÍGENAS NA ALDEIA ARAMIRÃ, NO DIA 16/08/2019













DEPUTADO CAMILO CAPIBERIBE NA COLETIVA DE IMPRENSA NO MUSEU SACACA, EM MACAPÁ, DIA 17/08/2019, APÓS A DILIGÊNCIA NAS TERRAS





WAIÃPI, NA ALDEIA ARAMIRÃ



**DEPUTADO CAMILO CAPIBERIBE E DEPUTADA JOENIA WAPICHANA NA
ABERTURA DA ASSEMBLEIA COM AS LIDERANÇAS INDÍGENAS NO
MUSEU SACACA EM MACAPÁ, NO DIA 17/08/2019**





FOTO: INDÍCIOS DE INVASÃO



